

MOBILIZAÇÃO SOCIAL E MUDANÇAS POLÍTICAS:

revisitando o conceito de gramáticas de ação política*

*SOCIAL MOBILIZATION AND POLITICAL CHANGES:
REVISITING THE CONCEPT OF POLITICAL ACTION GRAMMARS*

Ana Natalucci^a

Resumo A partir de 2003, com a posse de Néstor Kirchner na Presidência da República Argentina, ocorreram mudanças na dinâmica da mobilização social. Que forma assumiram os efeitos da mobilização social: foram assimilados, integraram-se ou criaram novas pautas de ação? Produziu-se uma reedição do populismo de meados do século XX? Os primeiros estudos nesse sentido utilizavam uma perspectiva pós-estruturalista, sobretudo a partir da obra de Ernesto Laclau. Esses, apesar das contribuições, apoiavam-se na oposição entre momentos de mobilização e de institucionalização. Ao contrário, o objetivo deste artigo é analisar esses processos em uma perspectiva sociopolítica, em especial a partir da noção de “gramáticas de ação política”, considerando as características que assumiram e os modos como se institucionalizaram os efeitos da mobilização. Sem pretender ser exaustivo, o texto analisará o caso argentino durante o Kirchnerismo, como base para um exercício de Sociologia Política.

Palavras-chave populismo; mobilização; gramáticas de ação política; institucionalização; Kirchnerismo.

Abstract *As of 2003, when Nestor Kirchner took over as President of the Republic of Argentina, the dynamics of social mobilization experienced certain changes. What shape did the effects of social mobilization take? Were new action lines assimilated integrated or created? Did a reprint of populism occur as in the mid-twentieth century? Early studies were conducted based on the poststructuralist perspective, especially as of the work of Ernesto Laclau. Despite their contributions, this proposal*

* Traduzido do original, *La movilización social y su relación con los cambios políticos: revisitando el concepto de gramáticas de acción política*, por Benno Warken Alves, doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

a Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires. Pesquisadora Assistente do CONICET, com sede no Instituto de Pesquisas Gino Germani (UBA), coordenadora do Coletivo de Estudos sobre Sociologia Política (IIGG-UBA) e professora de Graduação no curso de Ciência Política (UBA) e de Pós-Graduação na UBA e na FLACSO Argentina.

supports itself on the opposition existing between moments of mobilization and of institutionalization. On the contrary, the aim of this article is to analyze such processes with a socio-political perspective, mainly based on the notion of the grammars of political action, taking into account the features adopted by such processes and the ways in which the effects of mobilization were institutionalized. Far from pretending being exhaustive, this paper studies the case of Argentina during “Kirchnerism” as the basis for this exercise of Political Sociology.

Keywords *populism; mobilization; political action grammars; institutionalization; Kirchnerism.*

INTRODUÇÃO¹

Nos primeiros anos do século XXI, assumiram a Presidência, em alguns países da América do Sul, dirigentes que atacavam o neoliberalismo: Brasil, Venezuela, Argentina, Bolívia, Equador e Uruguai. Por conta dessa posição, seus governos foram inicialmente caracterizados como representantes de uma “nova esquerda” ou, então, como progressistas. Uma pergunta que percorreu o debate acadêmico se relacionava com a reemergência do populismo como forma política. Esses governos poderiam ser pensados sob tal conceito? Havia ocorrido uma reedição do populismo? Que formas assumiram os efeitos dos ciclos de mobilização que haviam precedido a posse de tais governos? Foram assimilados, integraram-se ou criaram novas pautas de ação? Essas perguntas abriam uma primeira discussão, já que estava clara a polissemia da noção de populismo, bem como seu uso, tanto na linguagem comum quanto na acadêmica.

O livro *A razão populista*, de Ernesto Laclau, publicado em 2005, foi decisivo no debate. Nele, é analisado o fenômeno do populismo e a formação de identidades políticas a partir do conceito de demandas, estabelecendo uma diferença entre as demandas democráticas e as populares. Dessa distinção deriva, por sua vez, a oposição entre os momentos de mobilização e de institucionalização. Embora essa perspectiva ofereça uma explicação da dinâmica do regime político, a oposição não permite compreender os efeitos da mobilização em um processo de mudança. Assim, em que medida a mobilização afeta as modalidades de participação, os mecanismos de representação e os dispositivos de legitimação da comunidade política? Quais são os vínculos entre a dinâmica de um ciclo de mobilização social e as transformações do regime político? Em função dessas questões, este artigo

1 Agradeço a Germán Pérez por seus comentários acerca desta proposta teórica.

se propõe a analisar o recente processo de mobilização na Argentina e a institucionalização de seus efeitos, a partir de uma perspectiva sociopolítica. Para tanto, será recuperada a perspectiva de Gino Germani, para pensar o populismo mais como mobilização do que como sujeito político. Complementarmente, será adotada a noção de gramáticas de ação política para compreender os caminhos de ação adotados pelas distintas organizações que participam de um ciclo.

Finalmente, o propósito do artigo é apresentar uma proposta teórica que permita compreender os processos de mobilização recentes e seu impacto sobre o regime político de governo. Como base para esse exercício de Sociologia Política, o trabalho analisará o caso argentino durante o Kirchnerismo, sem com isso pretender ser exaustivo.

O artigo está organizado em três seções. Na primeira, são expostos os diferentes modos de pensar o populismo: como sujeito político e como processo de mobilização. Na segunda, desenvolve-se o conceito de gramáticas de ação política como complemento para a análise centrada no populismo enquanto mobilização. Em ambas as seções, é apresentado um marco teórico eclético, em que se articulam conceitos como ciclo de mobilização, efeitos sobre o regime político de governo e gramáticas de ação política. Na última seção, é abordado o caso argentino.

DOIS MODOS DE PENSAR O POPULISMO

Ernesto Laclau e Gino Germani dedicaram muitos anos a pensar o problema do populismo. Suas trajetórias têm dois momentos marcantes: a do primeiro, 1978 e 2005; a do segundo, 1962 e 1978. Mesmo que, para ambos, o segundo momento tenha implicado uma revisão de seus principais postulados, o registro analítico se manteve. Enquanto Laclau, por sua formação política marxista e sua formação acadêmica inscrita no paradigma estruturalista, priorizou a análise do sujeito político, em uma espécie de reedição do sujeito histórico, Germani concebeu o populismo, primeiro, na chave da modernização, depois, na da mobilização, mas sempre em relação a seus efeitos sobre o regime político. Nesse sentido, ambas as obras constituem olhares sobre o mesmo objeto.

A seguir, cada uma delas será apresentada, identificando-se suas potencialidades e seus pontos fracos, e serão especificadas as razões pelas quais a proposta de Germani, por estar localizada em um registro sociopolítico, oferece maior rendimento analítico para examinar os vínculos entre a mobilização e seus efeitos políticos.

O POPULISMO COMO SUJEITO POLÍTICO

A publicação, em 2005, do livro *A razão populista*, de Ernesto Laclau, deu impulso fundamental ao retorno da problemática do populismo como chave de interpretação para as mudanças políticas em curso na Argentina e na região. No livro, o autor questiona as perspectivas liberais, socialistas ou republicanas que o identificam como anomalia política, a qual obstrui o desenvolvimento democrático².

O empenho do filósofo argentino em livrar o populismo dos usos pejorativos que lhe foram atribuídos levou-o a sustentar que aquele é “a via real para compreender algo relativo à constituição ontológica do político como tal” (LACLAU, 2005, p. 91). Nesse sentido, o populismo, mais do que um “*tipo* de movimento” (LACLAU, 2005, p. 150) que pode ser identificado com uma base social, constitui uma lógica política, entendida como “sistema de regras que traçam um horizonte em cujo interior alguns objetos são representáveis, enquanto outros estão excluídos (LACLAU, 2005, p. 150). Dessa perspectiva, a lógica política se relaciona com a instituição do social, que, surgida das demandas sociais e por meio do momento da equivalência, se articulam para conformar um sujeito político. A emergência do povo, para Laclau, depende, então, de três variáveis:

[...] relações de equivalência representadas hegemonicamente por meio de significantes vazios; deslocamentos das fronteiras internas por meio da produção de significantes flutuantes e uma heterogeneidade constitutiva que torna impossíveis as recuperações dialéticas e outorga sua verdadeira centralidade à articulação política (LACLAU, 2005, p. 197).

Para além dessas relações de equivalência, o populismo precisa ainda da nomeação e do afeto. Acerca do primeiro, a construção do povo é “*radical* [no

2 Melo e Aboy Carlés (2014) alertam que o problema do populismo não teve a mesma importância para Laclau em toda a sua trajetória. Na verdade, entre o livro *Política e ideologia na teoria marxista*, de 1978, em que foi publicado o artigo “Para uma teoria do populismo”, e o livro *A razão populista*, de 2005, passaram-se quase trinta anos. Enquanto no primeiro livro a preocupação central era com a ideologia e o debate interno do marxismo, no segundo a inquietude se direciona para a política, especificamente para a lógica da formação das identidades populares. Essa não é a única diferença entre as duas obras. Outra se relaciona com as linguagens teóricas presentes em cada uma. No primeiro livro, a “linguagem tinha um profundo caráter marxista, imbuída de conceituações nas quais estavam presentes, por exemplo, Gramsci e Althusser; [no segundo,] aquela centralidade é ocupada por autores como Freud e Lacan” (MELO; ABOY CARLÉS, 2014, p. 410). Resumindo, para o Laclau de 1978, o populismo constitui a base de qualquer política democrática, na medida em que conforma um complexo dispositivo de constituição do povo como sujeito político antagônico ao bloco no poder, capaz de disputar a hegemonia; para o de 2005, a ênfase está colocada no conteúdo, naquilo que o autor denominou como demandas (MELO; ABOY CARLÉS, 2014).

sentido de que] não expressa uma unidade do grupo previamente dada” (LACLAU, 2005, p. 151). Nesse sentido, não há um fundamento último para a nomeação, o que significa que o discurso populista pode ser vago e impreciso. Longe de constituir uma falha, isso expressa para Laclau a capacidade do populismo de operar sobre uma realidade heterogênea. Uma demanda democrática se transforma em uma demanda popular, quando pode nomear algo que a excede, isto é, quando “o nome se separa do conceito, o significado, de seu significante” (LACLAU, 2005, p. 153).

Sobre o afeto, Laclau retoma as contribuições de Freud e Lacan para sustentar que não há populismo possível sem uma “investidura efetiva em um objeto parcial” (LACLAU, 2005, p. 149). Ou seja, se as demandas de uma sociedade “pudessem ser satisfeitas dentro de seus próprios mecanismos imanentes, não haveria populismo, mas [...] também não haveria política” (LACLAU, 2005, p. 149). Essas relações de equivalência pelas quais uma parte se transforma no todo, em um *povo*, são possíveis em decorrência do componente afetivo que emana do líder³. Por fim, não é o caráter particular de uma ideologia que define o populismo, mas certa forma de articulação política. Por isso, é possível reconhecer populismos de direita e de esquerda.

Essa perspectiva apresenta dois problemas, que foram levantados por seus discípulos e remetidos ao pós-estruturalismo, os quais serão apresentados de modo sintético. O primeiro se relaciona com o lugar-comum estruturalista que supõe a diferença entre forma e conteúdo; para além do problema de priorizar uma ou outra, o certo é que toda “identidade se define por sua intersecção em uma trama de relações” (MELO; ABOY CARLÉS, 2014, p. 406)⁴. Essa lógica binária se estende ao campo político, que se configura em dois blocos: por um lado, “os de baixo” – o povo democrático e mobilizado –, por outro, o poder dominante – liberal economicista, oligárquico e/ou submetido ao capital estrangeiro. Essa afirmação livra a teoria de certo viés economicista, já que o conflito não é deduzido necessariamente das diferentes posições na estrutura econômica. Mas, então, o que acontece com as demandas que não conseguem se articular com outras: ficam de fora ou passam a

3 Seguindo Melo e Aboy Carlés, essa ideia supõe um sujeito que foi interpelado, o que, de acordo com a perspectiva althusseriana, implica a “persistência de uma concepção estruturalista do sujeito como simples ‘posições de sujeito’” (MELO; ABOY CARLÉS, 2014, p. 401).

4 Em seu artigo, Melo e Aboy Carlés afirmam que essa perspectiva na qual a identidade se constitui em função de seu pertencimento a uma trama supõe que não há identidades positivas. A ideia de que na “língua há somente diferenças e não positivities” foi tomada por Laclau da obra de Saussure. Não obstante, ele desconhece ser esse pressuposto válido para a ordem do significante e do significado, tomados isoladamente, mas não para pensar o signo. Este último supõe uma conjunção entre o significante e o significado; da mesma maneira que as identidades. Para aprofundar esse tema, consultar De Ipola (2005) e Melo e Aboy Carlés (2014).

fazer parte do bloco dominante antagônico? Tal dicotomização do campo político não deixa lugar para aquilo que, da perspectiva pragmática, se denominou “público”, ou terceiro; isto é, essa entidade que, sem se encontrar diretamente afetada por um conflito, pode prestar solidariedade a um dos lados, reconfigurando o sentido atribuído a ele.

Essa inquietude se relaciona, por sua vez, com o segundo problema: a distinção entre demandas democráticas e populares – fundamentada na diferença entre forma e conteúdo – sustenta-se a partir da oposição entre os momentos de mobilização e os de institucionalização. Nela, subjaz a concepção laclauiana sobre a ruptura, que parte em dois “o social”, acabando com a possibilidade de um regime político administrar as demandas de modo “não antagônico” (LACLAU, 2005, p. 412). Em outras palavras, o populismo é um momento de ruptura “por meio da construção de um desvalido como agente histórico” (LACLAU, 2005, p. 413), que, igualado à política, implica um questionamento da ordem instituída. Nesse ponto, realiza-se uma operação de sinonímia entre populismo e política, como se essa somente pudesse ser populista⁵. Mas isso não diz nada sobre que tipos de efeito esse processo de ruptura produz, nem sobre como surgem os processos de instauração de novas pautas e instituições.

O POPULISMO COMO MOBILIZAÇÃO

A relação entre um processo de mobilização e sua institucionalização em um regime político de governo, no contexto de mudança, foi pensada originalmente por Gino Germani, na metade do século XX, a partir da experiência do peronismo, na Argentina. A partir de um enfoque estrutural-funcionalista e ligado à teoria da modernização, Germani, em seu livro *Política e sociedade em uma época de transição: da sociedade tradicional à sociedade de massas* (1966 [1962]), analisou o fenômeno argentino à luz do processo de modernização e desenvolvimento que atingia vários países da América Latina. No livro, questionava aquelas premissas segundo as quais a adesão das massas operárias ao peronismo seria explicada pelo atendimento de demandas econômicas, pela “demagogia da ditadura” [chamada também] “prato de lentilhas” (GERMANI, 1966, p. 243-244). Pelo contrário, o principal argumento de Germani era de que a industrialização produzida nos anos 1930 gerara uma “massa disponível”, formada a partir de migrantes internos sem

5 Aboy Carlés (2010) aponta que o populismo é uma das formas políticas de processar a tensão entre o universal e o particular, mas não a única.

experiência sindical e não “integrada aos partidos tradicionais da classe operária” (BLANCO, 2006, p. 36). Na mudança de época, ocorrida nos anos 1940, o peronismo conseguiu captar essas massas disponíveis, ao formular a ideia de que os trabalhadores tinham adquirido certos direitos e poderiam exercê-los (GERMANI, 1966). O populismo nacional constituía uma forma de “democratização fundamental viabilizada pela mobilização heterônoma de importantes frações das massas em uma sociedade submetida à mudança acelerada” (PÉREZ, 2007, p. 300).

Finalmente, o apoio da classe trabalhadora ao peronismo não poderia ser atribuído a vantagens materiais, e sim ao reconhecimento de direitos (BLANCO, 2006). A irracionalidade dessa ação, para Germani, residia no fato de a incorporação dos trabalhadores à política nacional ter sido produzida por meio de um regime político totalitário que era atravessado “por um conjunto de distorções que bloquearam a evolução em direção a regimes pluralistas e representativos como os que corresponderam aos processos de industrialização nos países centrais” (PÉREZ, 2007, p. 300).

Distintamente do enfoque pós-estruturalista, em Germani, a mobilização era um momento integrado ao que ele denominou integração. Cada “ciclo começa com um estado de integração que se move na direção de um processo de ruptura ou desintegração, do qual deverá resultar uma nova integração” (BLANCO, 2006, p. 39). Ou seja, a mobilização facilita a instituição de um novo estado, seguindo momentos sucessivos: estado de integração, processo de ruptura, deslocamento dos grupos sociais, sua disponibilização, a mobilização propriamente dita e a integração (GERMANI, 2003).

O jargão funcionalista e o viés psicologicista utilizados pelo sociólogo ítalo-argentino foram questionados, entre outros, por Murmis e Portantiero (1971) e Halperín Donghi (1975). Em 1978, Germani absorveu essas críticas, em seu livro *Autoritarismo, fascismo e populismo nacional*, no qual abandonou o marco da teoria da modernização e se concentrou no conceito de mobilização (PÉREZ, 2007). Para além das críticas que essa perspectiva recebeu em termos de seus pressupostos estrutural-funcionalistas⁶, o importante é que Germani elaborou um dispositivo sociopolítico que permitiu pensar a relação entre a emergência de sujeitos políticos nos processo de mobilização e uma forma de integração/institucionalização no plano do regime político de governo, considerando as modalidades de participação, os mecanismos de representação e os dispositivos de legitimação da ordem política.

6 Sobre os obstáculos epistemológicos que a perspectiva de Germani traz consigo, consultar Pérez (2007).

Essa Sociologia dos Processos Políticos permite compreender ambos os processos – o de mobilização e o de institucionalização – para elucidar suas relações.

Para Germani, que seguia Deutsch, a mobilização constituía “o processo pelo qual são quebrados os compromissos e as velhas lealdades sociais, psicológicas e políticas, tendo como consequência que o povo se torne disponível para aceitar novas formas de comportamento” (GERMANI, 2003, p. 43). Segundo essa concepção, a mobilização supõe:

- “um processo de extensão sucessiva dos direitos legais, sociais e políticos a todos os habitantes de um Estado; isto é, sua incorporação como cidadãos” (GERMANI, 2003, p. 44);
- “a extensão dos direitos e das formas de participação não é resultado de um processo de difusão cultural” (GERMANI, 2003, p. 44). Nesse sentido, a mobilização tem caráter conflitivo, e “os direitos foram conquistados contra os interesses das ideologias de grupos sociais poderosos, contra a vontade das elites governantes” (GERMANI, 2003, p. 44);
- a constituição de “um processo complexo que implica na desintegração da estrutura pré-existente, algum tipo de resposta, a disponibilidade de pessoas para novas formas de comportamento e a reintegração na sociedade” (GERMANI, 2003, p. 44).

No que se refere ao curso da mobilização, Germani defende que pode haver mobilizações integradas e não integradas. Essas últimas ocorrem quando não há congruência entre “o grau, a forma e a extensão da participação requerida ou tolerada pelas normas predominantes” (GERMANI, 2003, p. 50). Por outro lado, as integradas se desenvolvem sob condições de integração normativa, psicossocial e ambiental, supondo que as mudanças ocorridas “permitem a legitimação [do grupo] e oferecem possibilidades efetivas para a realização desse grau crescente de participação dos grupos mobilizados” (GERMANI, 2003, p. 53). Elas podem assumir três formas: assimilação, mudança estrutural e desmobilização. A primeira consiste na “modificação do setor mobilizado de modo a assumir os traços necessários para garantir a aceitação por parte dos grupos hegemônicos e a legitimação na estrutura social” (GERMANI, 2003, p. 53). A segunda, a mudança estrutural, implica a “modificação da estrutura social para tornar a nova participação [...] viável e legítima do ponto de vista normativo e psicossocial” (GERMANI, 2003, p. 53). A desmobilização representa o fracasso do processo com o decorrente encerramento do ciclo.

Apesar do viés estrutural-funcionalista, essa perspectiva tem uma produtividade significativa em torno de três pontos. Por um lado, o conteúdo não se encontra diferenciado das formas, razão pela qual o populismo não poderia ser de direita; encontra-se, isso sim, relacionado com processos de expansão de direitos. Por outro lado, a mobilização é de tipo conflitivo e supõe o confronto com outros setores sociais, que vão optando por distintos alinhamentos ao longo do curso do ciclo. Por último, a relação entre os momentos de mobilização e institucionalização não apenas não está definida *a priori*, mas também pode ter vários resultados; em todo o caso, ela se resolve no próprio processo contencioso. Considerando esses argumentos, pode-se assumir que qualquer tipo de mobilização permite a instauração de novas pautas de ação, de mudanças no regime quanto à participação, à representação e à legitimação – isto é, permite a instauração da expansão de direitos? O que incide nos traços que essa mobilização assume? Para responder a essas questões é necessário incorporar a essa perspectiva o conceito de gramáticas de ação política, que permitirá tornar mais complexo o olhar sobre o processo das organizações que participam de um ciclo.

“UM MODO WITTGENSTEINIANO DE TEORIZAR SOBRE O POLÍTICO”: O CONCEITO DE GRAMÁTICAS DE AÇÃO POLÍTICA

A frase entre aspas no subtítulo é de Hannah Pitkin (1984) e ressalta as contribuições de Wittgenstein para pensar o mundo como estruturado por meio da linguagem, não sendo essa um simples veículo de pensamentos. Nun, seguindo Pitkin, argumenta que os jogos de linguagem são convencionais “porque resultam da interação contínua e historicamente sustentada de muitos seres humanos e não por serem produto de acordos deliberados” (NUN, 1989, p. 83). Estes compreendem tanto as trocas linguísticas como as ações nas quais os agentes estão envolvidos. Na mesma linha, Giddens propôs uma teoria social hermeneuticamente informada, que contemplava as regras como procedimentos que facilitam “a continuação metódica de uma sequência estabelecida” (GIDDENS, 2011, p. 57)⁷, como a construção do sentido e a sanção das ações. Em outras palavras, as regras não são apenas linguísticas, mas também são procedimentos de ação, isto é, “as regras da vida social [são] técnicas ou procedimentos generalizáveis que se aplicam à encenação/reprodução de práticas sociais” (GIDDENS, 2011, p. 57). Elas servem para resolver

⁷ Para Giddens (2011, p. 60), as regras, junto com os recursos, constituem os elementos mais importantes da estrutura, encontrando-se presentes nas instituições, entendidos como “os traços mais duradouros da vida social”.

situações de forma rotineira. Contudo, assim como toda perspectiva pragmatista, não são consideradas somente as regras, mas também os usos que os agentes fazem delas, de acordo com os contextos em que atuam.

Nesse marco conceitual, as gramáticas constituem o jogo de regras não escritas que delimita, por um lado, as pautas de interação dos sujeitos; por outro, as combinações de ações que coordenam, articulam e impulsionam as intervenções públicas, ações orientadas a questionar e transformar ou, então, a ratificar a ordem social⁸. Constitui um sistema de regras de ação que liga o tempo e o espaço da experiência dos sujeitos, definindo formas válidas de resolver problemas relacionados aos recursos de alocação e autoridade (GIDDENS, 2011)⁹. Dessa perspectiva, uma gramática delinea o modo como um sujeito coletivo intervém no espaço público, encontra justificativas e razões para agir, estabelece estratégias de coordenação e articulação política e propõe uma forma de ordenação social.

Cada gramática expressa um modo diferente de agir referente a quatro dimensões: o sujeito de transformação, a forma de construção política, a concepção sobre o Estado e as tradições políticas¹⁰. Ao considerar esses critérios, é possível identificar três tipos de gramáticas: autonomista, classista e movimentista¹¹.

A primeira – *autonomista* – se caracteriza pela centralidade conferida aos mecanismos deliberativos, em especial pelo funcionamento por assembleias e horizontal; o consenso é a forma privilegiada para a tomada de decisões. Isso não implica que todos os membros da organização tomem as decisões, mas que todos

8 Em trabalho anterior (NATALUCCI, 2010), foram reconstruídas três acepções dessa noção: a) performatividade política da ação (perspectiva pragmática); b) estrutura motivacional dos sujeitos implicados (enfoque fenomenológico); e c) estrutura organizativa dos movimentos sociais (perspectiva da mobilização de recursos).

9 Os recursos de alocação se referem aos “recursos materiais empregados na geração de poder [...] [e] derivam do domínio humano sobre a natureza (GIDDENS, 2011, p. 398); enquanto os recursos de autoridade são os não materiais “que derivam da possibilidade de aproveitar as atividades de seres humanos [...] [e] nascem do domínio de uns atores sobre outros” (GIDDENS, 2011, p. 398).

10 As tradições constituem dispositivos intergeracionais que permitem elucidar as lógicas das organizações. Não preveem relações sistemáticas ou orgânicas entre elas, e sim uma maneira relativamente similar de entender o mundo, preceitos ideológicos e cosmovisões compartilhadas que facilitam, em certas conjunturas, consensos na coordenação de ações coletivas, bem como a articulação interorganizacional e a constituição de frentes políticas.

11 A tipologia das gramáticas foi elaborada de forma preliminar, em um projeto de pesquisa desenvolvido pelo Grupo de Estudos sobre Protesto Social e Ação Coletiva (radicado no Instituto de Pesquisas Gino Germani da Universidade de Buenos Aires), no qual a autora era pesquisadora. Esse projeto, cujos resultados foram publicados no livro *La huella piquetera*, indagava sobre a constituição como sujeitos políticos de três organizações *piqueteras*. Na esfera do pós-doutorado e já como pesquisadora do CONICET, a autora se dedicou a estudar essa tipologia e se seria possível utilizá-la para organizações de outro tipo. Desde então, aplicou-a para compreender a trajetória de organizações territoriais e sindicais sob o Kirchnerismo. Algumas antecipações podem ser lidas no artigo “*Nueva gramática política? Reconsideraciones sobre la experiencia piquetera en la Argentina reciente*” (NATALUCCI, 2010); no capítulo de livro “*Los movimentistas. Expectativas y desafíos del Movimienato Evita en el espacio kirchnerista (2003-2010)*” (NATALUCCI, 2012b) e na introdução ao mesmo livro.

estão em condições de fazê-lo. O sujeito da transformação social se assemelha à ideia de multidão¹². Quanto à construção política, é priorizada a dimensão territorial como esfera de participação. Esse último ponto se vincula intrinsecamente à concepção de mudança social “de baixo”, com ênfase na transformação das relações cotidianas. A estrutura interna das organizações não possui disposição hierárquica e até mesmo se nega a figura do “representante”. É preferida a de “referente”, uma espécie de porta-voz das decisões da assembleia. Tal apego territorial e de base diminui as possibilidades de articulação interorganizacional. O Estado é concebido de modo monolítico, unívoco, um dispositivo de captura da autonomia tanto coletiva quanto subjetiva. A gramática autonomista foi erguida sobre as propostas de contrapoder, a partir do questionamento da esquerda partidária¹³.

A *gramática classista* erige como sujeito de transformação a classe operária organizada. Sua expectativa de mudança prevê uma revolução que reorganize as relações entre as classes sociais. A visão sobre o regime político é monolítica, não diferencia poderes e setores. O regime é, portanto, igualado ao Estado; ambos conformam a dominação da classe capitalista. A organização classista, fundamentada sobre o partido, reconhece a si mesma como a vanguarda da classe dominada, a qual espera representar e conduzir. Nessa lógica, é presente um vínculo pedagógico (DELAMATA, 2004), orientado para o fortalecimento da consciência de classe a partir de discussões de tipo ideológico-programático. A estrutura interna das organizações é vertical, e as “promoções” são regidas por méritos provados nas lutas partidárias. Dado que geralmente todos os conflitos são pensados como subsumidos nos de classe, as articulações com outras organizações se encontram limitadas em função da estratégia geral. No mais das vezes, até mesmo os vínculos com os movimentos sociais se encontram restritos pela tendência a desconhecer a pluralidade que os caracteriza. A confiança teleológica nos destinos da classe operária – ligada à tradição marxista – restringe as margens de ação ao momento destituente da política, mais propício para demonstrar a veracidade do programa

12 A noção de multidão remete à obra de Michael Hard e Antonio Negri (2002). Dessa perspectiva, a multidão constitui “o sujeito político imanente às formas de dominação próprias das novas modalidades de reprodução do capital, caracterizadas pela noção de Império” (PÉREZ; NATALUCCI, 2008, p. 99). Sua emergência ocorre “no contexto da crise do dispositivo moderno da soberania, definido pela captura das potencialidades democráticas das forças produtivas na forma Estado, por meio do procedimento da representação política. Nesse sentido, a multidão se opõe ao povo, sujeito paradigmático do dispositivo de soberania, na medida em que o conceito de vontade geral opera a redução do múltiplo em Um, selando a imbricação entre contrato de associação e contrato de dominação-sujeição. [...] A multidão se apresenta – nunca se re-presenta – como uma ‘constelação de singularidades’” (PÉREZ; NATALUCCI, 2008, p. 99-100).

13 Em razão da curta trajetória das propostas de contrapoder, cabe-lhes melhor a ideia de narrativa do que a de tradição. Para uma crítica dos exageros autonomistas e das consequências sobre sua própria dinâmica, consultar Svampa (2005).

proposto pela organização. Contrariamente às organizações autonomistas, participam da competição eleitoral própria do sistema liberal democrático, considerando-se tratar de outra frente de luta operária no interior do principal aparato de dominação capitalista.

A *gramática movimentista* se constituiu a partir da integração dos setores populares ao Estado nacional, combinando uma dupla dimensão da representação: corporativa – de interesses particulares – e política – orientada para o bem comum e na qual se emprega uma linguagem de direitos. Supõe uma concepção circular da história, alternando momentos de resistência – de retrocesso político e econômico para os setores populares, propiciando sua fragmentação – e de ofensiva – de recuperação de direitos, promovendo a articulação das organizações e o acesso ao Estado. A mobilização não é pensada apenas como forma de questionamento social nos momentos defensivos, mas também para reivindicar ações do governo nos momentos ofensivos. Enraizada na tradição nacional-popular, a expectativa das organizações inscritas nessa gramática é a construção de um movimento nacional que impulse um projeto popular policlassista, no interior do qual possam estabelecer pontes entre os setores populares que buscam representar e o Estado, concebido como agente da mudança social. Além desse tipo de organização, tal movimento nacional também se compõe de uma elite externa que contribuiu para a integração das demandas ao regime político, o que, no entanto, não implica que as demandas corporativas ou setoriais desapareçam, mas que se articulem em função das relações no interior do movimento.

Em virtude das características assumidas pelo processo político na Argentina do começo do século XXI, foi a gramática que sofreu maiores transformações, e as organizações que nela se inscrevem foram protagonistas do ciclo iniciado em 2003. Por isso, nela concentrar-se-á a análise do caso argentino.

A ARGENTINA KIRCHNERISTA

O caso argentino será abordado partindo da seguinte premissa: o Kirchnerismo constitui a expressão política da resolução da crise de 2001¹⁴. Ele surgiu no

14 Ficou conhecida como “A crise de 2001” a explosão popular que ocupou a Plaza de Mayo, centro político nacional, em 19 de dezembro. Essa crise condensava um ciclo de mobilização que havia sido iniciado em 1997, com as *puebladas*, no interior do país. Desencadeou uma forte crise institucional, levando à renúncia do presidente e à impossibilidade de recompor a autoridade presidencial nos dez dias seguintes. Essa crise importante para a dinâmica política argentina teve diversas interpretações: crise de representação, de representatividade, etc. Neste artigo, ela será entendida, de acordo com o sentido weberiano, como uma crise de legitimidade, isto é, como a perda da validade intersubjetiva das disposições que orientam a ação para a obediência

vazio sociopolítico aberto pelos efeitos descoletivizantes do neoliberalismo, pela erosão dos fundamentos da legitimidade delegativa, que eram gerados pela mobilização e pela erosão econômica no governo da Aliança (PÉREZ; NATALUCCI, 2012)¹⁵.

A CRISE DE 2001 E O ETHOS MILITANTE DESTITUINTE

O ciclo de mobilização que se estendeu de 1997 a 2001 teve várias consequências sobre o espaço das organizações e sobre as formas de fazer política (GEPsAC, 2006; NATALUCCI, 2012a). Entre as principais, por um lado, o movimento operário manteve seu protagonismo, mas perdeu o monopólio sobre a mobilização, o que criou um espaço para a emergência e visibilização pública de outras organizações, principalmente as *piqueteras* e as organizações civis ligadas à reivindicação de direitos humanos e liberdades individuais nos casos de violência institucional. Por outro lado, quanto às demandas, reabilitou-se uma linguagem de direitos que permitia ao mesmo tempo generalizar a legitimidade das reivindicações e apelar para o Estado como garantidor dos princípios igualitários. Um último corolário foi a difusão da dinâmica de funcionamento por assembleias, que estimulou a democracia como modalidade de participação e intervenção sobre os assuntos públicos (SVAMPA, 2005).

Durante esse ciclo, tomou forma um *ethos* militante caracterizado por: a) distribuição territorial como unidade de ação política e espaço de reconhecimento organizacional; b) utilização da dinâmica de assembleia e da democracia por consenso como procedimento de tomada de decisões no marco de um forte questionamento dos vínculos políticos de delegação; c) uso da retórica de direitos; e d) autogestão e cooperativismo como estratégia produtiva. Esse *ethos* se consolidou na crise de 2001, em especial com os acontecimentos do mês de dezembro. Seu caráter destituinente se fundamentava na crítica da ordem política vigente, vinculada a certa reivindicação de autonomia social frente ao Estado. Tal característica limitava a projeção da ação política a médio prazo e, com isso, também as oportunidades de encontrar certa estabilidade após a crise.

no interior de um tipo de regime de acumulação e de dominação política. Para aprofundar a interpretação, consultar Schuster et al. (2002); para uma caracterização do ciclo de mobilização, consultar Svampa (2005).

15 A Alianza para el Trabajo, la Justicia y la Educación foi uma coalizão partidária formada a partir da confluência da Unión Cívica Radical e da Frente País Solidario (FREPASO). Formou-se em 1997, para disputar as eleições intermediárias, as primeiras que o menemismo perdeu, após oito anos de governo. Em 1999, com a fórmula De La Rúa-Álvarez, a Aliança ganhou as eleições presidenciais com 48,37% dos votos. A grave situação econômica e a reticência de um setor aliancista, quanto a sair do modelo de convertibilidade entre dólar e peso, não apenas romperam a coalizão, mas produziram, em 2001, uma das maiores crises políticas da Argentina. Consultar Ollier (2001) e Pucciarelli e Castellani (2014).

Em 2002, abriu-se um novo ciclo, por várias razões. De um lado, a transição de um modelo neoliberal para um neodesenvolvimentista criou condições para o processo de reindustrialização e reativação do mercado de trabalho, permitindo o revigoramento da ação sindical. Por outro lado, diante da magnitude da crise econômica, o governo de Eduardo Duhalde (2002-2003) implementou um programa ambicioso de transferência condicionada de renda, o *Jefes y Jefas de Hogar Desocupados/as* (PJJHD)¹⁶. A quantidade de recursos envolvidos implicou de modo significativo na criação de organizações para gerir sua implementação. Esse contexto gerou duas condições diferentes para a mobilização social¹⁷. Primeiro, os sindicatos se reposicionaram politicamente. Segundo, apareceram novas organizações, como o *Movimiento de Trabajadores Desocupados Evita*, ao passo que outras que antes tiveram centralidade, como as autonomistas, encolheram-se em seus territórios. De fato, organizações com grande alcance territorial e que já tinham tentado participar no regime político, como a *Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat*, aprofundaram essa estratégia.

KIRCHNER NO GOVERNO

Em maio de 2003, Néstor Kirchner assumiu a presidência, inaugurando uma nova etapa política. No primeiro turno, obtivera apenas 22,3% dos votos. O fato de não ter sido confirmado pelas urnas em segundo turno, em razão da renúncia de seu oponente, legou ao governo um déficit fundacional de apoio (TORRE, 2005).¹⁸ Em seu discurso na Assembleia Legislativa, Kirchner expôs as principais diretrizes de seu governo¹⁹ “para que todos saibam aonde vamos e, assim, possa dar sua

16 Acerca do programa econômico de Duhalde, consultar Gaggero, Schorr e Wainer (2014). Sobre a política social, consultar Danani (2005) e Hopp (2009).

17 Para Svampa (2005), 2002 foi um “ano extraordinário”, no sentido de que “não foi somente o ano da crise e da decomposição social [mas o 19 e o 20 de dezembro de 2001] abriram também um novo ciclo de mobilização, marcado pelo retorno da política das ruas por obra de uma multiplicidade de atores sociais” (SVAMPA, 2005, p. 263). Mesmo que essa posição seja um pouco apologética, há um consenso entre os cientistas sociais de que a crise de dezembro de 2001 causou mudanças significativas na dinâmica da mobilização.

18 As eleições tinham sido convocadas para 27 de abril de 2003. A fragmentação partidária se cristalizava na apresentação de cinco candidaturas, das quais três pertenciam ao Partido Justicialista (Carlos Menem, Néstor Kirchner e Adolfo Rodríguez Saa) e duas à Unión Cívica Radical (Ricardo López Murphy e Elisa Carrió). Portanto, os resultados foram dispersos: 1) Menem: 24,45%; 2) Kirchner: 22,24%; López Murphy: 16,37%; Rodríguez Saa: 14,11%; Carrió: 14,05%. No segundo turno, programado para 18 de maio, disputariam Menem e Kirchner. Entretanto, pela emergência de um clima “antimenemista”, Menem desistiu de concorrer, e Kirchner foi consagrado presidente eleito. Para aprofundar sobre o processo eleitoral, consultar Cheresky (2004); para o problema do déficit de origem e a necessidade de construir um eleitorado depois das eleições, Torre (2005).

19 No início de 2003, Kirchner publicou, em parceria com Torcuato Di Tella, um conjunto de entrevistas nas quais são explicitadas as diretrizes e premissas que assumiria em seu governo.

colaboração”. Um dos eixos girou em torno de se diferenciar do passado imediato, especificamente da crise de 2001: “Sabemos para onde não queremos voltar [...] virar a página da história foi uma decisão consciente dos cidadãos argentinos”. O esforço de “reconciliar a política com a sociedade” deveria ser um esforço conjunto *transversal* de todas as forças políticas.

O presidente falou do “projeto nacional”, do Estado de direito, de sua orientação para o bem comum, de seu papel de articulador social e da vigência da democracia. Falou sobre o capitalismo nacional, políticas de crescimento econômico, sobre proteger o trabalho, distribuir a riqueza e reinstalar a mobilidade social ascendente; implementar políticas de proteção aos setores vulneráveis, recuperar a solidariedade, a justiça social e o acesso a direitos sociais; fortalecer as instituições, combater a impunidade e a corrupção; e, ainda, sobre estreitar os laços com o MERCOSUL, a integração latino-americana e o fim das relações próximas com os Estados Unidos. Esse discurso se materializou em uma série de medidas que assentaram a legitimidade do presidente, entre elas: a substituição da cúpula militar, a renovação da Corte Suprema de Justicia, a reabertura dos processos de crimes de lesa-humanidade cometidos na última ditadura militar (1976-1983), a redefinição da política social, etc.

Quanto à mobilização social, a posição oficial combinava a decisão de não reprimir com uma convocação à normalidade. Em sua própria lógica, as organizações *piqueteras* eram corolários da fragmentação social emergente nos anos 1990, que se tornou mais aguda na crise de 2001. Em um contexto de estabilização política e econômica, elas deveriam se integrar ou desmobilizar. Diante desse contexto, o governo adotou uma estratégia dúplice. Por um lado, foi revista a política social implementada durante o governo de Duhalde²⁰. Por outro, ainda que sem aplicar uma política repressiva às organizações que sustentavam o confronto, colocaram-se em operação outros desativadores, como a estigmatização e a judicialização dos ativistas.

Esses fatores abriram um ciclo de mobilização que se estendeu até 2006, quando o Kirchnerismo se estabilizou como movimento político, embora seja necessário diferenciar a gestão governamental “do conjunto heterogêneo de setores políticos e ideias identificado com o presidente Néstor Kirchner e sua sucessora e

Consultar Di Tella e Kirchner (2003).

20 Em agosto de 2003, o Ministério de Desarrollo Social de la Nación reformulou a política social em função do desenvolvimento local e da economia social (programas Manos a la Obra e de Emergencia Habitacional), bem como da transferência monetária (Seguridad Alimentaria e Familias).

esposa Cristina Fernández” (SIDICARO, 2011, p. 83). Para os objetivos deste artigo, concentrar-se-á no Kirchnerismo como movimento político, no sentido empregado por Gino Germani, quando se referia ao sujeito político, isto é, um coletivo surgido de um ciclo de mobilização orientado para um processo de mudança social²¹.

A REEMERGÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES DE TIPO NACIONAL-POPULAR

As organizações que aderiam à tradição nacional-popular leram as declarações e os primeiros gestos do presidente, na chave das três bandeiras históricas do peronismo: soberania política, independência econômica e justiça social. Dessa forma, uma série de ações por parte do governo foi decisiva para repensar as estratégias que haviam adotado até o momento. Por um lado, a convocação de reuniões, no início de junho de 2003, na sede do governo central. Por outro, a criação do “gabinete *piquetero*”, formado por assessores e funcionários de alto escalão (BOYANOVSKY BAZÁN, 2010), cuja missão era criar um canal de diálogo direto para as demandas das organizações, em distintas áreas estatais (NATALUCCI, 2012a). Finalmente, a convocação a integrar-se na coalizão de governo, por meio de cargos públicos em seus âmbitos de atuação, em especial relacionados à política social.

A partir dessas mudanças, várias organizações repensaram sua relação com o governo, começaram a se reconhecer como kirchneristas e reviram sua estratégia de articulação política. Entre elas, o Movimiento de Trabajadores Desocupados Evita (MTD Evita), a Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat (FTD) e a Barrios de Pie, que, mesmo inscrita na tradição da esquerda nacional, compartilhava do diagnóstico acerca do novo ciclo político. Foram ainda criadas outras organizações, como a Frente Transversal Nacional y Popular (FTNyP).

Ao longo dessas transformações, emergiu um espaço militante, autorreconhecido como kirchnerista, no qual os rastros da experiência *piquetera* se combinaram com uma redefinição da relação com o regime político. Entre as mudanças mais importantes, destacam-se três. A primeira com relação às mudanças identitárias: as organizações deixaram de se reconhecer como *piqueteras* para se identificarem como sociais. A segunda mudança se refere ao tipo de intervenção política; as organizações deixaram progressivamente de ocupar o espaço público para se concentrarem no trabalho territorial e na incorporação aos quadros do governo. As organizações deixaram de ter caráter contestador e adquiriram caráter plebiscitário.

21 Cabe esclarecer que se emprega aqui a denominação “movimento político”, e não “sujeito político”, para evitar confusões entre as perspectivas de Laclau e Germani.

A terceira mudança se relacionou com as sucessivas tentativas de reconstruir um espaço corporativo que, em acordo com a tradição peronista, pudesse fazer confluír, no movimento nacional, outras corporações – como o movimento operário – da elite política.

Entre meados de 2003 e 2006, ensaiou-se a constituição de uma série de frentes políticas. A primeira tentativa aconteceu em junho de 2004, quando FTV, Barrios de Pie, FTNyP e MTD Evita elaboraram o documento “La hora de los pueblos”²². Nele, manifestavam “o fato transcendente da mudança de rumo, que encarna um verdadeiro ponto de inflexão na trajetória das últimas décadas” (DOCUMENTO LA HORA DE LOS PUEBLOS, 2004). Com a expectativa de representar as demandas dos setores populares, convocaram a constituição da Frente de Organizaciones Populares (FOP). Em 21 de junho, foi realizada uma reunião na qual se redigiu o documento “Por la recuperación del trabajo y la justicia social. Fuerza Compañero Presidente Néstor Kirchner!!!”. No documento, a FOP sintetizava sua posição acerca do governo central e da conjuntura política: “Nova oportunidade histórica para o campo popular, comparável àquela que vivemos nos anos 1940”. Para os organizadores, a etapa da *resistência* estava finalizada; era preciso aproveitar a experiência acumulada e tomar a *ofensiva*.

Em setembro de 2004, os principais dirigentes da FOP (Luis D’Elía da FTV, Jorge Ceballos da Barrios de Pie, Emilio Pérsico do MTD e Edgardo Depetri da FTNyP) publicaram o documento “Declaración política del frente de organizaciones populares” e acertaram a realização de um ato, em outubro, na cidade de Buenos Aires, com o lema “Junto al Presidente Néstor Kirchner por una patria para todos”. Foram convidados dirigentes com funções legislativas ou executivas: Miguel Bonasso (Partido de la Revolución Democrática), Francisco “Barba” Gutiérrez (Polo Social) e Eduardo Luis Duhalde (Memoria y Movilización Social e secretário de direitos humanos da nação). Foi assim definida a conformação da Frente Patria para Todos (FPT), cujo objetivo era “erguer uma força política nova, com novos dirigentes, capacidade de mobilização e profunda inserção social, para se converter em sustentáculo da direção tomada em 25 de maio de 2003” (DA SILVA, 2012, p. 87). Em seu ato inaugural, ocorrido em dezembro, discutiu-se a abertura de oportunidades políticas, a partir da posse de Kirchner, e as possibilidades de integrar-se na gestão do governo. A meta era chegar com força consolidada às eleições legislativas previstas para outubro de 2005 e integrar as listas da Frente

22 Uma cópia do documento pode ser encontrada em Pérez e Natalucci (2012).

para la Victoria, coalizão política com a qual o Kirchnerismo participava da disputa eleitoral.

Uma série de obstáculos dificultou a estabilização dessas frentes, entre eles: 1) a conformação de uma mesma identidade sob o nome comum do peronismo; 2) as diferenças acerca do processo político; algumas organizações (como o MTD a Evita) pensavam que se tratava de uma etapa de transição que guardava elementos neoliberais residuais; outras (como a Barrios de Pie) sustentavam que era um governo em disputa, no qual o setor conservador tinha ainda bastante poder; 3) a excessiva necessidade de protagonismo de cada organização; e 4) as diferentes visões estratégicas: algumas organizações promoviam as frentes como forma de compensar a gravitação do Partido Justicialista, cuja participação nas reformas de mercado implantadas durante os anos 1990 rechaçavam. Diante da impossibilidade de construir as frentes, o MTD Evita e o Barrios de Pie definiram a construção de espaços próprios: em 2005 nasceu o Movimiento Evita, concentrando as organizações do nacionalismo popular, e, em 2006, o Movimiento Libres del Sur, com organizações ligadas à esquerda nacional²³.

A estratégia da conformação de frentes não deu os resultados que as organizações esperavam. A impossibilidade derivava de outra maior ainda: as dificuldades das organizações para se reconstituírem como atores corporativos participantes na dinâmica particular do movimento kirchnerista. Ainda assim, o Kirchnerismo significava para elas uma oportunidade para reemergir, recuperar alguma gravitação no espaço político e aceder ao Estado; constituía a possibilidade de dar o *salto para a política*.

O SALTO PARA A POLÍTICA

Salto para a política é uma expressão nativa, usada pelas organizações, que significa a necessidade de superar a lógica setorial – corporativa – para participar da política nacional. A ideia era usada indistintamente, em vários sentidos: para os Libres del Sur, representava a possibilidade de participar na gestão das políticas públicas; para o Movimiento Evita, uma maior acumulação política territorial; para a FTV, a conformação de uma ferramenta eleitoral com o fim de ampliar as bases de representação política de seus dirigentes. O denominador comum era que seus dirigentes ocupassem cargos eletivos e executivos.

23 Por uma questão de espaço, não será possível estender-se acerca dessas experiências. Fica como sugestão a leitura de Natalucci (2012b), para o primeiro caso, e de Natalucci (2011) e Schuttenberg (2012) para o segundo.

Recapitulando, no contexto eleitoral de 2005, o Kirchnerismo se apresentou como Frente Peronista para la Victoria e enfrentou o *duhaldismo*²⁴. Na ocasião, mostrou seu valor eleitoral a Transversalidad²⁵. O triunfo oficialista na província de Buenos Aires e no plano nacional levou à consolidação de sua legitimidade. Em 2007, a Transversalidad adotou o nome Concertación Plural, na qual dirigentes da Unión Cívica Radical tinham um protagonismo maior, por exemplo, com o vice-presidente Julio Cobos²⁶.

Mais uma vez, as organizações sociais viram frustradas suas expectativas de conquistar assentos no governo. Ficava evidente certa marginalização quanto às decisões políticas da elite kirchnerista. Essa percepção as levou a repensar sua estratégia política. O Movimiento Evita optou pela formação do *Kirchnerismo militante*, espaço destinado a concentrar a representação dos setores populares. Nesse contexto, surgiu a ideia de que o movimento deveria se conformar com o papel de *ponte* entre esses setores e o Estado. O Libres del Sur entendeu que o PJ havia vencido a queda de braço contra as formas emergentes do Kirchnerismo; a distância se aprofundou no começo de 2008, quando Kirchner os convocou para uma reunião, na qual anunciou que assumiria a presidência partidária do PJ. O fato foi decisivo para completar o distanciamento da organização em relação ao movimento kirchnerista. A FTV compartilhava a interpretação de que o PJ havia vencido a queda de braço (SCHUTTENBERG, 2012). O FTNyP se manteve ausente da discussão, porque, em virtude das relações pessoais entre seu dirigente Edgardo Depetri e Kirchner, aquele sempre conseguiu ocupar um lugar promissor nas listas (DA SILVA, 2012).

A partir de 2008, abriu-se um cenário muito complicado tanto internamente quanto externamente. Internamente, a emergência de La Campora, organização criada por Néstor Kirchner a partir da confluência de militantes jovens e de universitários, tornou mais complexas as relações no interior do espaço. A elite

24 Em março de 2005, o setor que ainda apoiava a candidatura de Eduardo Duhalde promoveu a candidata à senadora nacional pela província de Buenos Aires, Hilda González de Duhalde, sob a frente Lealtad; o Kirchnerismo, ou Frente Peronista para la Victoria, apoiou a candidatura de Cristina Fernández de Kirchner.

25 A Transversalidad consistia na confluência de um setor do PJ, partido de centro-esquerda e dirigente da UCR. O projeto surgiu em 2003, e a ideia de Kirchner era construir uma força política que incluísse o PJ (DI TELLA; KIRCHNER, 2003). Kirchner não pretendia desbancar o PJ, e sim subordiná-lo (NATALUCCI, 2012b). Consultar, também, Torre (2005).

26 Concertación Plural foi o nome da aliança eleitoral entre a FPV e um setor da UCR. A fórmula foi integrada por Cristina Fernández e Julio Cobos. Como continuação da Transversalidad, representava a vontade de Kirchner de buscar apoios ideologicamente afins por fora do justicialismo, como estratégia para ampliar as bases eleitorais e obter um triunfo nas urnas, no primeiro turno. A aliança foi rompida em meados de 2008, quando Cobos, no marco do conflito acerca da retenção das *commodities* agrárias, posicionou-se contra o governo ao qual pertencia. Consultar Lucca (2014).

kirchnerista a entendia como sua organização oficial, razão pela qual La Campora tinha preponderância em relação às demais: na inclusão de muitos de seus dirigentes nas listas legislativas de 2011 e 2013, na nomeação para postos de decisão centrais no Poder Executivo, etc. As relações entre as organizações e La Campora foram no mínimo ríspidas; mais de competição que de solidariedade.

O obstáculo externo remetia à crise do modelo econômico. A crise internacional de 2009, somada à dinâmica econômica sumamente estrangeirizada, colocou em xeque o neodesenvolvimentismo imperante (GAGGERO; SCHORR; WAINER, 2014). Nessa conjuntura, ficavam explícitas as dificuldades do Kirchnerismo para sustentar um modelo econômico capaz de criar emprego, figura de dignidade no peronismo. Surgiu uma série de discussões acerca da unidade da classe trabalhadora para resolver o problema do trabalho.

Em resumo, as organizações tinham capacidade de agenda, propostas para políticas públicas e relações com os setores populares; todavia, não conseguiam lançar candidatos nem ocupar cargos de gestão com certa capacidade de decisão. Para a elite kirchnerista, seu papel deveria se restringir a representar o Estado naqueles lugares em que ele mesmo não tinha capacidade de fazê-lo. Podiam desenvolver-se em espaços setoriais e corporativos, mas tinham acesso restrito ao sistema político. A morte de Kirchner, em 27 de outubro de 2010, marcou um ponto de inflexão para a dinâmica organizacional do Kirchnerismo, limitando muito a possibilidade de se formular críticas à condução do processo. A impossibilidade do *salto para a política* desativou a performance das organizações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste artigo foi analisar os efeitos produzidos por um ciclo de mobilização sobre o regime político. Para tanto, tomou-se o caso recente da experiência do movimento kirchnerista na Argentina. Para responder à questão, realizaram-se duas tarefas. De um lado, foi exposta a proposta de Laclau, destacando suas dificuldades em função da distinção entre os momentos de ruptura e os de institucionalização. De outro, apresentou-se um marco teórico eclético, que, na perspectiva sociopolítica de Germani, indagava acerca dos vínculos entre um ciclo de mobilização e seus efeitos no regime político de governo, considerando as modalidades de participação, os mecanismos de representação e os dispositivos de legitimação da autoridade política. A essa perspectiva foi incorporado o conceito de gramáticas de ação política, necessário para analisar o processo de mobilização

e conformação de novas instituições – pois permite elucidar as regras e os usos das ações dos sujeitos coletivos nesses momentos de mudança.

A resposta àquela questão não pode ser unívoca. Por um lado, a reemergência da gramática movimentista constitui a grande novidade do Kirchnerismo. O espaço das múltiplas organizações não se transformou completamente; na verdade, organizações que até então haviam tido um papel marginal recuperaram protagonismo, a partir das novas oportunidades políticas abertas pelo ciclo político. Nesse sentido, o ciclo abria uma possibilidade de identificação que ativava a tradição peronista que elas reivindicavam. As organizações se reposicionavam como herdeiras de um processo maior, no qual a tarefa atual era não apenas organizar os setores populares, mas também se constituir em representação política.

Seu processo de crescimento foi significativo, entre 2003 e 2006. Aumentaram a quantidade de militantes, recursos e a possibilidade de gerir programas sociais vinculados a seu trabalho territorial. Isso se conjugava com uma mudança em suas ações públicas. Até 2003, elas se restringiam a pressionar o governo para conseguir recursos para os refeitórios populares e planos para os desempregados; depois, para manifestar seu apoio ao governo e às políticas que as próprias organizações impulsionavam, ou seja, assumiram um sentido mais plebiscitário que confrontador. Assim, modificou-se também a lógica de construção territorial; mantiveram seus refeitórios, centros comunitários, etc., mas, depois de 2003 e por causa de sua incorporação aos quadros do Estado, participavam também da implementação de políticas sociais.

Por sua gramática de ação, essas organizações tinham a expectativa de não apenas serem reconhecidas como atores setoriais, ou seja, como representantes de setores populares sem trabalho, mas também esperavam participar politicamente nos processos legislativos e de tomada de decisões estratégicas. Ela remetia, portanto, a uma leitura do peronismo clássico, que o via recriado no kirchnerismo. Quando o rumo dos acontecimentos lhes mostrou que não era esse o papel que a elite kirchnerista oferecia, formularam o lema do *salto para a política*, por meio do qual manifestavam expressamente que queriam se converter de organizações corporativas em organizações políticas. Talvez tenham ignorado as condições estruturais ou minimizado o peso da decisão da elite, mas o certo é que, se, no momento constitutivo (2003-2006), parecia que essas organizações tinham oportunidades para modificar os padrões de relação com o governo, o ciclo iniciado em 2006 mostrou que o processo as encaminhava mais para a assimilação do que para a institucionalização de pautas de ação política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABOY CARLÉS, Gerardo. “Populismo, regeneracionismo y democracia”. *Revista POSTData*, n. 1, p. 11-30, 2010.
- BLANCO, Alejandro. *Gino Germani: la renovación intelectual de la Sociología*. Buenos Aires: UNQui, 2006.
- BOYANOVSKY BAZÁN, Christian. *El Aluvión. Del piquete al Gobierno: los movimientos sociales y el Kirchnerismo*. Buenos Aires: Sudamericana, 2010.
- CHERESKY, Isidoro. “Elecciones fuera de lo común”. In: CHERESKY, Isidoro; BLANQUER, Jean-Michel. *¿Qué cambió en la política argentina? Elecciones, instituciones y ciudadanía en perspectiva comparada*. Rosario: Homo Sapiens, 2004. p. 21-54.
- DANANI, Claudia. “Las políticas sociales de los '90: los resultados de la combinación de individualización y comunitarización de la protección”. In: COLOQUIO INTERNACIONAL TRABAJO, CONFLICTOS SOCIALES E INTEGRACIÓN MONETARIA: AMÉRICA LATINA EN UNA PERSPECTIVA COMPARADA. Instituto de Ciencias (UNGS)/Institut de Reserche por le Développement/ANPCyT-FONCyT. *Ata...* Buenos Aires, 11 al 13 de noviembre de 2005.
- DA SILVA, María Laura. “Cooptados por las ideas. El Frente Transversal Nacional y Popular (2003-2011)”. In: PEREZ, Germán; NATALUCCI, Ana. *Vamos las bandas. Organizaciones y militancia kirchnerista*. Buenos Aires: Nueva Trilce, 2012. p. 83-100.
- DELAMATA, Gabriela. *Los Barrios desbordados. Las organizaciones de desocupados del Gran Buenos Aires*. Buenos Aires: Eudeba, 2004.
- DE IPOLA, Emilio. “Populismo e ideología (A propósito de política e ideología en la teoría marxista, de Ernesto Laclau)”. In: *La bamba*. Buenos Aires: Siglo XXI Editoriales, 2005. p. 87-143.
- DI TELLA, Torcuato; KIRCHNER, Néstor. *Conversaciones. Después del Derrumbe*. Buenos Aires: Galerna, 2003.
- GAGGERO, Alejandro; SCHORR, Martín; WAINER, Andrés. *Restricción eterna*. Buenos Aires: Crisis, 2014.
- GEPSAC. “Transformaciones de la protesta social en la Argentina, 1989-2003”. *Documento de Trabajo, N° 48*. Instituto de Investigaciones Gino Germani, Universidad de Buenos Aires, 2006. Disponible em: <<http://webiigg.sociales.uba.ar/iigg/textos/documentos/dt48.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2015.
- GERMANI, Gino. *Política y sociedad en una época en transición*. Buenos Aires: Paidós, 1966.
- _____. *Autoritarismo, fascismo y populismo nacional*. Buenos Aires: Temas, 2003.
- GIDDENS, Anthony. *La constitución de la sociedad*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2011.

- HALPERÍN DONGHI, Tulio. “Algunas observaciones sobre Germani, el surgimiento del peronismo y los migrantes internos”. *Revista Desarrollo Económico*, Buenos Aires, n. 56, p. 765-781, 1975.
- HARD, Michael; NEGRI, Antonio. *Imperio*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- HOPP, Malena. “La construcción de sentidos del trabajo en las políticas de desarrollo socio-productivo en la Argentina post-convertibilidad”. *Revista Margen*, Buenos Aires, n. 55, p. 1-13, 2009.
- LACLAU, Ernesto. *Política e ideología en la teoría marxista. Capitalismo, fascismo, populismo*. Madrid: Siglo XXI, 1978.
- . *La razón populista*. Buenos Aires: FCE, 2005.
- LUCCA, Juan Bautista. “Conflictos y realineamientos de los actores sociales y políticos durante el gobierno de Néstor Kirchner”. *Revista Sudamérica*, Mar del Plata, n. 3, p. 27-49, 2014. Disponível em: <<http://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/sudamerica/article/view/1049/1081>>. Acesso em: 10 de maio de 2015.
- MELO, Julián; ABOY CARLÉS, Gerardo. “La democracia radical y su tesoro perdido: un itinerario intelectual de Ernesto Laclau”. *Postdata*, Buenos Aires, v. 19, p. 395-427, 2014.
- MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos. *Estudios sobre los orígenes del peronismo*. Buenos Aires: Siglo XXI, [1971] 2007.
- NATALUCCI, Ana. “¿Nueva gramática política? Reconsideraciones sobre la experiencia piquetera en la Argentina reciente”. *Revista Astrolabio*, Nueva Época, Córdoba, n. 5, p. 94-118, 2010.
- . *El tiempo de la movilización. Sujetos, acciones y acontecimientos en Argentina (1989-2006)*, Berlín: EAE, 2011.
- . “Los dilemas políticos de los movimientos sociales: el caso de las organizaciones kirchneristas (argentina, 2001-2010)”. Documento de Trabajo, Instituto de Iberoamérica, Universidad de Salamanca, España, 2012a. Disponível em: <http://americo.usal.es/iberoame/sites/default/files/DocumentoTrabajo%239_Natalucci_o.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2015.
- . “Los movimentistas. Expectativas y desafíos del Movimiento Evita en el espacio kirchnerista (2003- 2010)”. In: PEREZ, Germán; NATALUCCI, Ana. *Vamos las bandas. Organizaciones y militancia kirchnerista*. Buenos Aires: Nueva Trilce, 2012b. p. 27-56.
- NUN, José. *La rebelión del coro*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1989.
- OLLIER, María Matilde. *Las coaliciones políticas en la Argentina. El caso de la Alianza*. Buenos Aires: FCE, 2001.

- PÉREZ, Germán. “Participación, cambio social y régimen político. Apuntes sobre dos ciclos de movilización”. In: RINESI, Eduardo; NARDACCHIONE, Gabriel; VOMMARO, Gabriel; *Los lentos de Víctor Hugo. Transformaciones políticas y desafíos teóricos en la Argentina reciente*. Buenos Aires: Prometeo, 2007. p. 271-312.
- PÉREZ, Germán; NATALUCCI, Ana. “Estudios sobre movilización y acción colectiva: interés, identidad y sujetos políticos en las nuevas formas de conflictividad social”. In: NATALUCCI, Ana. *Sujetos, movimientos y memorias. Sobre los relatos del pasado y los modos de confrontación contemporáneos*. La Plata: Al Margen, 2008. p. 81-102.
- _____. *Vamos a las bandas. Organizaciones y militancia kirchnerista*. Buenos Aires: Nueva Trilce, 2012.
- PITKIN, Hannah. *Wittgenstein: el lenguaje, la política y la justicia*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1984.
- PUCCIARELLI, Alfredo; CASTELLANI, Ana. *Los años de la Alianza. La crisis del orden neoliberal*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2014.
- SCHUSTER, Federico et al. *La trama de la crisis. Modos y formas de protesta social a partir de los acontecimientos de diciembre de 2001*. Buenos Aires: IIGG, 2002.
- SCHUTTENBERG, Mauricio. “La trayectoria política de Libres del Sur 2003-2010. Reconfiguraciones identitarias, alianza y ruptura con el Kirchnerismo”. In: PEREZ, Germán; NATALUCCI, Ana. *Vamos las bandas. Organizaciones y militancia kirchnerista*. Buenos Aires: Nueva Trilce, 2012. p. 127-148.
- SIDICARO, Ricardo. “El partido peronista y los gobiernos kirchneristas”. *Revista Nueva Sociedad*, n. 234, p. 74-94, 2011.
- SVAMPA, Maristella. *La sociedad excluyente*. Buenos Aires: Taurus, 2005.
- TORRE, Juan Carlos. “La operación política de la transversalidad. El presidente Kirchner y el Partido Justicialista”. In: UNIVERSIDAD TORCUATO DI TELLA (Ed.). *Argentina en perspectiva*. Buenos Aires: UTDT y La Crujía, 2005. p. 13-28.